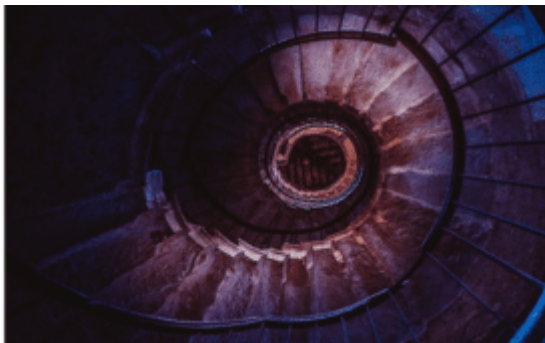


O general, o médico e o magistrado



Por **LUIZ MARQUES***

O general que oculta o ditador, o médico que esconde o monstro e o magistrado que disfarça o bandido sob a “civilização ocidental” são peças da razão discursiva

O rol das relações de um democrata exclui os seduzidos pelos instintos primitivos do neofascismo. Aqueles que reivindicavam o novo iluminismo. Mas adotaram discursos obscurantistas contra a ciência e o conhecimento. Tomavam vacinas na tenra infância (sarampo, caxumba, poliomelite). Agora, disseminam narrativas negacionistas. Pregavam políticas em prol da comunidade. Num passe de mágica, encarnaram a antipolítica para votar em um covarde admirador de torturadores. Impossível entrever nos desbotados afetos que migraram, do liberalismo para a extrema direita, a indignação em face das desigualdades que condenavam a cada retorno dos passeios turísticos ao Primeiro Mundo. Pena nunca se perguntarem por que do atraso das nações latino-americanas.

Emburreceram? Escondiam-se atrás de um título vazio, sem o respaldo acadêmico conferido pela apresentação da tese de doutorado para uma banca de especialistas atestar o quilate da contribuição, em determinado campo do saber. Bastou-lhes a Lei do Império promulgada por Dom Pedro I, em 11 de agosto de 1827, que declarou “doutores” os bacharéis em Direito e Medicina, na *Terra brasilis*. A etiqueta burocrática compensou a perda de prestígio com o fim das divisas nobiliárquicas (duque, marquês, conde, visconde, barão), dada a igualdade formal entre os indivíduos estabelecida na República. Um subterfúgio para manter a “distinção” junto aos comuns, conforme o estudo clássico de Pierre Bourdieu. A aparência acobertou mentes prenhes de preconceitos medievais e limitações cognitivas. A respeitabilidade adveio da renda e do consumo. Não da educação ou da cultura.

Os cidadãos de bem

Três figuras sucintas, aos moldes dos “tipos ideais” weberianos, ajudam a entender os “cidadãos de bem” que buscam um verniz de razoabilidade na sala de jantar, sem reavaliar suas opções a partir das manifestações de 2013, as quais empurraram a classe média para as ruas. A primeira é de fácil identificação; a segunda talvez desperte a atenção dos leitores de encartes; a terceira pertence (ou pertencia) ao círculo de convivência do autor. São tipos que exprimem estados de espírito presentes em seus pares delirantes: a subestimação do real, a soberba no trato com os semelhantes e a visão parcial sobre os problemas a enfrentar. Nenhum voltou a sorrir, em 2023. Os pés de barro do “mito” tirou-lhes o humor. Como na fábula de La Fontaine, em *A mula com orgulho de sua genealogia*, “para alguma coisa serve a infelicidade, nem que seja para baixar a crista dos vaidosos”.

(1) O general que serviu ao palhaço sociopata e, ao assumir o posto ministerial no novo governo, preservou no cargo duas centenas de militares ligados à administração anterior, pisou na bola. Por efeito de um corporativismo avesso às exigências da conjuntura, não exonerou ninguém do antigo corpo funcional da pasta. Resultado: a chefia escorreu-lhe entre os dedos. Os irados subordinados seguiram leais ao retrocesso que aparelhou e converteu o GSI (Gabinete de Segurança

Institucional) na guarda pretoriana do tiranete, não da institucionalidade. Importa ressaltar a subestimação da alta patente sobre a guerra de valores travada entre a democracia política e social, e o neofascismo.

(2) O médico escrevente que amenizou o papel da política armamentista, ao dissociá-la do aumento do número das vítimas de violência contra as mulheres (feminicídio), os negros (racismo) e os grupos lgbtqi+ (sexismo), cometeu uma desonestidade intelectual. Em *sui causa*, o nexos entre a distribuição de armas pelas autoridades federais e a elevação dos atos de barbárie foi eclipsado. Seu levantamento estatístico estancou em 2018. Por conveniência, o “doutor” ignorou os cachorros soltos no último quadriênio da nação. Exerceu a liberdade individual para propagar *fake news*, no jornal em que publica dissonâncias similares às bulas de remédio. Importa esclarecer que se investiu de soberba para expor desinformações que abrigassem a necropolítica em uma pele de cordeiro.

(3) O magistrado que assistiu a “imunização de rebanho”, ao arrepio do bom senso que alertava para a multidão de óbitos evitáveis, abdicou do juízo. Com sua anuência ou apatia política, o Brasil foi o terceiro país com maior número de mortos na pandemia, embora seja o sétimo em população. A conta não bate, nota-se. O negacionismo cobrou um preço alto em vidas insubstituíveis, de lares devastados pela saudade. O juiz relevou elos da *famiglia* com as milícias cariocas e os bolsões nazi internacionais, a ponto de esquecer sua filiação judaica. Idem, sobre a corrupção na educação e na saúde, a devastação do meio ambiente e as milionárias joias sauditas surrupiadas da União. Com frieza, aguentou a troca da ração das emas por restos de comida, no Palácio do Planalto. Aceitou inclusive o candidato à reeleição ser derrotado, sem perder a compostura. A tudo resignou-se.

No entanto, quando da falsificação do cartão de vacinação do Sistema Único de Saúde (SUS) pelo mandatário e apaniguados, via organização criminosa, sentiu vergonha da nau de insensatos. Ao receber a mensagem do Zé Gotinha, no WhatsApp, sobre a necessidade do imunizante para viajar, o representante da magistratura agiu como Cleópatra, a rainha do Egito que eliminou o mensageiro ao receber uma notícia desagradável. Então, para o cúmulo do ridículo, por impulso, o juiz cancelou nas redes digitais – quem? Os “anjos tortos” à *gauche* do espectro político! Depois, novamente se refugiou na antipolítica, “fechando-se em copas”. Seria de rir, se não fosse para chorar tal desatino. Importa frisar a instabilidade emocional de quem tem por ofício julgar com total imparcialidade.

Amanhã será outro dia

Deplorável o cortejo verde-oliva que abdicou da Constituição como critério para compor o bloco dos guardiões do Estado democrático de direito. Imoral a categoria de profissionais insatisfeitos com o “Mais Médicos” em municípios abandonados, para garantir uma reserva de mercado. Triste a procissão da toga que não metabolizou a cruzada lavajatista, após contribuir para o desmonte do país com a ascensão de ineptos ao núcleo de poder. Eis aí a prova de que Carlos Drummond de Andrade estava errado. No meio do caminho não havia uma pedra, senão uma enorme pedreira.

A situação evoca a fórmula anticolonialista do poeta-presidente do Senegal (1960-1980), Léopold Senghor: “se a razão é helênica, a emoção é negra”. Traduzindo, o general que oculta o ditador, o médico que esconde o monstro e o magistrado que disfarça o bandido sob a “civilização ocidental” são peças da razão discursiva, isto é, da ideologia das metrópoles. O não-europeu ontem e o não-estadunidense hoje são “o outro”, aprisionado em um estereótipo lúdico-corpóreo contraposto à ciência, à moral e à civilidade. Trata-se de um estratagema construído para calar a voz dos habitantes originários, que se estende para todo o universo do trabalho na sociedade capitalista.

A metáfora perpassa o imaginário nacional desde que Sérgio Buarque de Holanda formulou a noção de “homem cordial”, na década de 1930. Formulação reinterpretada de maneira coloquial por Nelson Rodrigues ao falar do “complexo de viralata”, remanescente do período colonial, na infausta ocasião em que a seleção brasileira de futebol deixou escapar a Copa do Mundo (1950) para a “Suiça da América Latina”, o Uruguai. Pior, no Maracanã, com 200 mil torcedores pasmos nas arquibancadas. O trauma reabriu a chaga correspondente a 350 anos de escravidão. A sensação do *déjà-vu*, em que as

a terra é redonda

massas assistem o desenrolar da história como espectadores é uma constante.

Esse é o desafio das forças políticas da emoção (partidos de esquerda, movimentos sociais, centrais sindicais) na luta pela autodeterminação da coletividade durante o processo de emancipação do jugo do capitalismo. A coabitação de experimentações ilustradas pela Economia Solidária e pelos tentáculos da Central Única das Favelas (CUFA), presente em todos os estados do Oiapoque ao Chuí e em 15 países do planeta, invoca a “revolução pacífica” de Lula da Silva e a “grande recusa” de Herbert Marcuse. A síntese de energias transformadoras deve entrelaçar as contradições entre o capital e o trabalho e a participação do leque de segmentos sociais oprimidos e explorados pela lógica da dominação. O aceno a uma nova ordem social encerra o longo período de sofrimento.

Não obstante, existe ainda uma ilação a tirar das atitudes simbólicas condensadas no general, no médico e no magistrado. A isenção do imposto de renda para os vencimentos até R\$ 5 mil, não é suficiente para sensibilizar a classe média que, de resto, situa-se em um patamar superior. Haverá que qualificar os serviços públicos fundamentais, o que implica no aumento indireto (não nominal) de proventos no bolso dos assalariados. Mecanismo que vai gerar condições objetivas e subjetivas para a sociabilidade plural e transversal nos espaços públicos. Uma questão essencial à hegemonia.

A arrogância das finanças no controle da impolítica monetária, com a maior taxa de juros do globo terrestre, é uma extensão do colonialismo tardio, sob a pressão de um ciclo liberal-econômico já nos estertores. Urge uma frente popular com capacidade de atração sobre a classe média, que ora comporta-se como uma viúva da razão. A roda da esperança movimenta-se como no poema *Notícia da manhã*, de Thiago de Mello: “E de repente a manhã, / manhã é céu derramado, / é claridão, claridão / foi transformando a cidade / numa praça imensa praça / e dentro da praça o povo / o povo inteiro cantando / dentro do povo o menino / me levando pela mão”. É hora de avançar, juntos.

**Luiz Marques é professor de ciência política na UFRGS. Foi secretário estadual de cultura do Rio Grande do Sul no governo Olívio Dutra.*

**A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.
Ajude-nos a manter esta ideia.**

CONTRIBUA